

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	9
---	---

Notas Explicativas	19
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	54
-------------------------------	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	56
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	58
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	263.399.525
Preferenciais	263.399.525
<b>Total</b>	<b>526.799.050</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	1.813.195	1.748.960
1.01	Ativo Circulante	120.728	53.137
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	86.250	20.311
1.01.02	Aplicações Financeiras	10.384	7.230
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	10.384	7.230
1.01.03	Contas a Receber	20.029	21.345
1.01.03.01	Clientes	20.029	21.345
1.01.06	Tributos a Recuperar	688	624
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	688	624
1.01.07	Despesas Antecipadas	683	1.916
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.694	1.711
1.01.08.03	Outros	2.694	1.711
1.02	Ativo Não Circulante	1.692.467	1.695.823
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.848	1.829
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.848	1.829
1.02.03	Imobilizado	895	906
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	895	906
1.02.04	Intangível	1.689.724	1.693.088
1.02.04.01	Intangíveis	1.689.724	1.693.088
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.248.090	1.259.233
1.02.04.01.02	Intangível infraestrutura	441.525	433.759
1.02.04.01.03	Software	109	96

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	1.813.195	1.748.960
2.01	Passivo Circulante	134.425	70.373
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.684	3.337
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.155	1.138
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.529	2.199
2.01.02	Fornecedores	27.891	27.006
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	27.891	27.006
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.690	7.549
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.745	2.140
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.945	5.409
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	96.860	30.630
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	13.112	5.773
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	13.112	5.773
2.01.04.02	Debêntures	83.748	24.857
2.01.05	Outras Obrigações	1.764	1.315
2.01.05.02	Outros	1.764	1.315
2.01.05.02.04	Credor pela aquisição da concessão	996	976
2.01.05.02.05	Outros passivos	768	339
2.01.06	Provisões	536	536
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	536	536
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	536	536
2.02	Passivo Não Circulante	1.350.914	1.327.871
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.348.870	1.326.230
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	224.710	197.983
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	224.710	197.983
2.02.01.02	Debêntures	1.124.160	1.128.247
2.02.03	Tributos Diferidos	1.222	941
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.222	941
2.02.04	Provisões	822	700
2.02.04.02	Outras Provisões	822	700
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial	822	700
2.03	Patrimônio Líquido	327.856	350.716
2.03.01	Capital Social Realizado	526.799	526.799
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-198.943	-176.083

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	105.822	117.293
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-62.322	-70.568
3.03	Resultado Bruto	43.500	46.725
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.363	-4.278
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.363	-4.278
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-6.655	-3.668
3.04.02.02	Honorários dos administradores	-716	-365
3.04.02.03	Outras receitas (despesas), líquidas	8	-245
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	36.137	42.447
3.06	Resultado Financeiro	-58.735	-44.573
3.06.01	Receitas Financeiras	1.089	384
3.06.02	Despesas Financeiras	-59.824	-44.957
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-22.598	-2.126
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-262	246
3.08.02	Diferido	-262	246
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-22.860	-1.880
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-22.860	-1.880
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	50.114	20.729
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	57.809	56.932
6.01.01.01	Prejuízo do período antes do IR e CS	-22.598	-2.126
6.01.01.02	Depreciação e amortização	21.332	13.485
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	122	100
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	59.132	42.374
6.01.01.05	Margem de Construção - infraestrutura	-179	-356
6.01.01.06	Apropriação de despesa antecipada	0	3.218
6.01.01.07	Perda na baixa de intangível	0	237
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.830	-26.901
6.01.02.01	Aplicação financeira	-3.154	0
6.01.02.02	Contas a receber	1.316	-1.772
6.01.02.03	Tributo a recuperar	-64	128
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.233	0
6.01.02.05	Outros ativos	-983	-921
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	314	1.032
6.01.02.07	Fornecedores	885	-25.801
6.01.02.08	Credor pela aquisição da concessão	20	0
6.01.02.09	Tributos a pagar	-3.826	86
6.01.02.10	Outros passivos	429	347
6.01.03	Outros	-3.865	-9.302
6.01.03.01	Juros pagos - BNDES	-3.865	0
6.01.03.02	Juros pagos - empréstimo ponte	0	-9.302
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.777	-186.468
6.02.01	Adições Intangível - Outorga	0	-186.468
6.02.02	Adições Intangível - Software	-19	0
6.02.03	Adições Intangível - infraestrutura	-17.719	0
6.02.04	Adições ao Imobilizado	-39	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	33.602	171.516
6.03.01	Ingressos de empréstimos	33.602	98.699
6.03.02	Sociedades da organização Odebrecht	0	35.489
6.03.03	Aumento de capital social	0	37.328
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	65.939	5.777
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.311	8.183
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	86.250	13.960

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	526.799	0	0	-176.083	0	350.716
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	526.799	0	0	-176.083	0	350.716
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-22.860	0	-22.860
5.04.08	Prejuízo do trimestre	0	0	0	-22.860	0	-22.860
5.07	Saldos Finais	526.799	0	0	-198.943	0	327.856

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	198.619	0	0	-100.226	0	98.393
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	198.619	0	0	-100.226	0	98.393
5.04	Transações de Capital com os Sócios	37.328	0	0	-1.880	0	35.448
5.04.01	Aumentos de Capital	37.328	0	0	0	0	37.328
5.04.08	Prejuízo do trimestre	0	0	0	-1.880	0	-1.880
5.07	Saldos Finais	235.947	0	0	-102.106	0	133.841



**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
7.01	Receitas	114.151	125.026
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	95.790	89.113
7.01.02	Outras Receitas	18.361	35.913
7.01.02.01	Receita de obra infraestrutura	17.898	35.639
7.01.02.02	Outras receitas	463	274
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-40.269	-55.458
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-40.269	-55.458
7.03	Valor Adicionado Bruto	73.882	69.568
7.04	Retenções	-21.332	-13.493
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-21.332	-13.493
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	52.550	56.075
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.096	384
7.06.02	Receitas Financeiras	1.089	384
7.06.03	Outros	7	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	53.646	56.459
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	53.646	56.459
7.08.01	Pessoal	5.941	4.470
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.117	3.349
7.08.01.02	Benefícios	1.400	816
7.08.01.03	F.G.T.S.	424	305
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.467	8.100
7.08.02.01	Federais	4.641	3.631
7.08.02.02	Estaduais	13	0
7.08.02.03	Municipais	4.813	4.469
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	61.098	45.769
7.08.03.01	Juros	59.808	44.957
7.08.03.02	Aluguéis	1.290	812
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-22.860	-1.880
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-22.860	-1.880

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### ROTA DAS BANDEIRAS – 1º Trimestre de 2011

A Administração da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. “Concessionária”, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Informações Financeiras Trimestrais, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

#### 1. Mensagem da Administração

A partir da zero hora do dia 3 de abril de 2009, a Concessionária assumiu a operação e a administração do Sistema Rodoviário denominado Corredor Dom Pedro I, mediante a cobrança de pedágios, sendo este constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 e outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Concessionária é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

De fundamental importância na interligação do fluxo de veículos entre o interior paulista, o Corredor Dom Pedro I possui atualmente a malha viária de 277 km, e será acrescido através de obras de ampliação de 20 km adicionais, totalizando a extensão de 297 km ao término da concessão.

Ao longo dos 30 anos de concessão, a Concessionária, empresa da Organização Odebrecht, investirá R\$ 2,1 bilhões em obras de ampliação, duplicação, prolongamento, recuperação de rodovias, sinalização, monitoramento, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, implantação de marginais, manutenção e melhoria dos sistemas de operação e conservações preventivas, dentre outros.

A Concessionária apresentou resultado operacional positivo com base em suas informações trimestrais de 31 de março de 2011, demonstrando desempenho operacional no negócio.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Contando com a experiência e credibilidade da organização Odebrecht na prestação de serviços públicos, a Concessionária firma seu compromisso com a melhoria contínua da prestação de seus serviços através de planejamento e foco constante na eficiência de sua gestão operacional, de modo qualificado com o objetivo de tornar-se uma empresa modelo do setor concessões rodoviárias.

A Concessionária agradece a seus usuários, aos acionistas, aos colaboradores, ao Governo do Estado de São Paulo e à ARTESP, às instituições financeiras, à Polícia Militar Rodoviária e demais parceiros, pela confiança, apoio e parceria, contribuições fundamentais para o sucesso dessa promissora trajetória.

### 2. Desempenho Econômico Financeiro

- **2.1 Receitas**

Em conformidade com as novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, em 31 de março de 2011, a Concessionária obteve receita líquida de R\$ 105.822 milhões, oriunda prioritariamente da arrecadação dos pedágios através de numerários, de equipamento eletrônico - AVI (“*Automatic Vehicle Identification*”) e de vale pedágio, além de outras receitas acessórias oriundas da exploração da rodovia. Nesse período, a Concessionária reconheceu R\$ 17.898 milhões de receita de obras de infraestrutura, que somada aos R\$ 87.924 milhões de receita líquida de pedágio, totalizaram os R\$ 105.822 milhões, anteriormente citados.

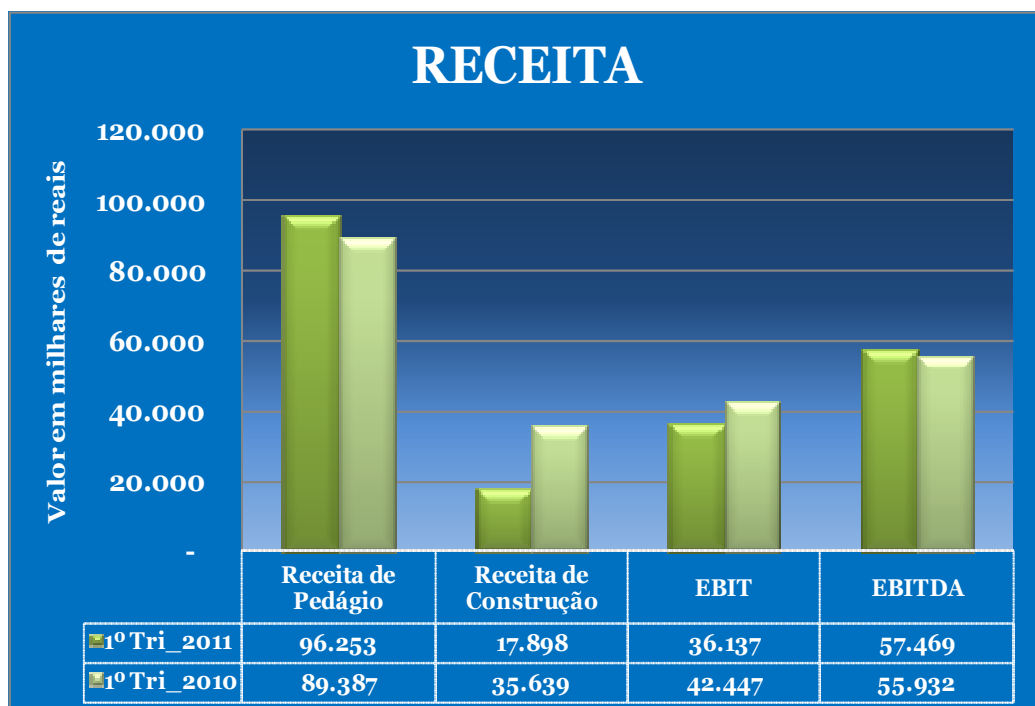
De acordo com a Interpretação, nos itens 13 e 14 do CPC 30 - Receitas, a Concessionária deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços prestados ou melhoria por referência ao estágio de conclusão da construção, sendo essa receita medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A Concessionária, para apurar o valor justo, utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor da receita de construção o método de cálculo por dentro, a saber, *Gross up*.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Abaixo breve resumo da composição das receitas:

<b>Em R\$ mil</b>	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de março de 2010</b>
<b>Receita Bruta</b>		
Receita de Pedágio	95.790	89.113
Receita de Construção	17.898	35.639
Outras Receitas	463	274
(-) Deduções da Receita Bruta	<u>(8.329)</u>	<u>(7.733)</u>
<b>Receita Líquida</b>	<b>105.822</b>	<b>117.293</b>
(-) Custos/despesas operacionais	(51.966)	(39.564)
(-) Custo de construção	<u>(17.719)</u>	<u>(35.282)</u>
<b>EBIT</b>	<b>36.137</b>	<b>42.447</b>
<b>Margem EBIT</b>	<b>34,1%</b>	<b>36,2%</b>
(+) Depreciação/amortização	21.332	13.485
<b>EBITDA</b>	<b>57.469</b>	<b>55.932</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>54,3%</b>	<b>47,7%</b>



## Relat

As informações trimestrais foram preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras - International Financial Reporting Standards (IFRS) - emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

- **2.2 Custos Operacionais e Despesas Administrativas**

Os custos dos serviços prestados e as despesas gerais e administrativas refletem os custos com manutenção e conservação da rodovia, gastos com pessoal, bem como a outorga variável da concessão.

Os custos de construção de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão, aprovada em 06 de novembro de 2009, pela Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O valor é composto pela contabilização dos custos de construção da infraestrutura, a provisão dos custos com conserva especial projetado para os dois últimos períodos, conforme plano de investimento firmado com a ARTESP, trazido a valor presente, e da amortização do intangível.

- **2.3 Resultado Financeiro**

O resultado financeiro líquido no trimestre findo em 31 de março de 2011 refere-se às receitas financeiras, compostas pela receita de aplicação financeira, deduzidas das despesas financeiras, compostas pelos juros dos empréstimos, financiamento e debêntures, imposto sobre operações financeiras e comissões bancárias sobre empréstimos e encargos financeiros pela aquisição da concessão.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### • 2.4 Endividamento

Em 31 de março de 2011, a dívida bruta da Concessionária, adquirida em moeda local, representou R\$ 1.483.503 milhões, sendo R\$ 242.891 milhões (BNDES) e R\$ 1.240.612 milhões (Debêntures), e custos de captação no montante de R\$ 37.772 milhões, sendo R\$ 32.703 milhões (Debêntures) e R\$ 5.069 milhões (BNDES), valores utilizados para financiar as obrigações da concessão.

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Empréstimo BNDES	R\$	TJLP + 2,32%	242.890	208.441
Debêntures	R\$	IPCA + 9,57%	1.240.612	1.186.983
Custo a amortizar	R\$		<u>(37.772)</u>	<u>(38.564)</u>
			<u>1.445.730</u>	<u>1.356.860</u>

### • 2.5 Investimentos

Os investimentos realizados pela Concessionária no Corredor Dom Pedro I no trimestre findo em 31 de março de 2011 representaram R\$ 17,9 milhões, despendidos integralmente na construção de instalações, pavimentações, conservação especial, equipamentos de pedágio, ampliações, melhorias, dentre outros.

Os recursos provenientes da abertura de crédito com o BNDES serão destinados a realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I, a serem realizados até 2015.

### Intangível em Infraestrutura

Após a adoção do ICPC 01, todo custo do investimento em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão, passou a ser tratado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pelo método linear às taxas anuais.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### • 2.6 Gestão de Pessoas

A Concessionária utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht – TEO, como ferramenta fundamental na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante.

Seguem abaixo informações referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011:

<b>Número de funcionários</b>		
	<b>1º Trimestre 2011</b>	<b>1º Trimestre 2010</b>
Diretos	596	468
Indiretos	1.011	598
	<b>R\$ mil</b>	<b>R\$ mil</b>
Treinamento	26	12
Previdência	35	17

### Menor Aprendiz

A Concessionária, em parceria com a Instituição Casa do Pequeno Trabalhador de Atibaia, por meio do Projeto Menor Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho.

### • 2.7 Governança Corporativa

Na Concessionária Rota das Bandeiras o objetivo da governança corporativa é garantir que as melhores práticas adotadas pelo mercado sejam aplicadas na condução e gestão do negócio, alinhando a tomada de decisões que proporcione o crescimento, a sobrevivência e a perpetuidade do negócio com o retorno do investimento realizado pelos acionistas.

## **Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

A Concessionária, alinhada com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destaca as principais práticas adotadas atualmente:

### **Conselho de Administração**

- O Conselho de Administração da Companhia é formado por, no mínimo, dois membros com experiência em finanças para conduzir os temas referentes aos aspectos contábeis, além dos referentes à gestão financeira do negócio;
- Formado por membros independentes da Administração da Companhia;
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões;
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio (Executivo principal).

### **Auditoria e Demonstrações Financeiras**

- Completa independência dos auditores no intuito de se evitar conflito de interesses;
- Adoção dos princípios de contabilidade conforme normas internacionais e as vigentes no Brasil;
- Documento de recomendação dos auditores analisado pelos membros do Conselho de Administração e demais executivos da organização para fins de adoção das medidas propostas.

### **Conduta e Código de Ética**

- Existência de Código de Ética da Organização Odebrecht, aprovado e divulgado para todos os negócios do Grupo, e, conseqüentemente todos seus integrantes.

### **Transparência e Gestão**

- Existência de website da área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das informações e resultados da empresa;
- Divulgação de forma tempestiva das informações trimestrais e anuais do negócio;



## **Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

- Utilização de práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

### **• 2.8 Responsabilidade Social**

Neste trimestre a Companhia realizou quatro campanhas importantes: Por cima do risco, Bom Senso, Dengue e Parada Legal.

#### **Por Cima do Risco**

Uma campanha de conscientização ao uso da passarela, realizada em parceria com a Polícia Militar, Prefeitura e Guarda Municipal de Artur Nogueira, com objetivo de aumentar o nível de segurança dos usuários que utilizam a rodovia através da conscientização para utilização das passarelas ao invés da travessia diretamente pela pista por onde trafegam os veículos.

#### **Bom Senso**

Campanha voltada para o feriado de Carnaval de conscientização dos motoristas. Entre os principais temas da campanha, estão o respeito aos limites de velocidade nas rodovias, a não ingestão de bebida alcoólica quando se pretende dirigir e o uso do cinto de segurança.

#### **Dengue**

Nesta campanha foram distribuídos dez mil folhetos educativos nas cabines de pedágio com o objetivo de alertar a população sobre a importância de eliminar criadouros do mosquito transmissor.

#### **Parada Legal**

A Parada Legal foi uma campanha de segurança, saúde e bem estar, com o foco voltado para os caminhoneiros visando diminuir o numero de acidentes nas rodovias. Foram oferecidos diversos serviços, tais como, aferição da pressão arterial, vacinação, cabeleireiro, medição de glicose, teste de hepatite C e informações sobre DST's, dengue e uso de substâncias químicas.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### • 2.9 Outras Informações Contábeis

Em 27 de outubro de 2010, a Companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 263.745, passando de R\$ 293.054 para R\$ 556.799, mediante a emissão de 131.872.525 novas ações ordinárias e 131.872.525 novas ações preferenciais emitidas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, sendo o capital subscrito pela OTPP e integralizado no total de R\$ 233.745, da seguinte forma: (i) o montante de R\$ 170.000 através de aporte, (ii) R\$ 63.745 mediante capitalização de crédito devido pela OTPP contra a Concessionária. O saldo remanescente de R\$ 30.000, foi integralizado em 27 de abril de 2011.

	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de março de 2010</b>
Patrimônio Líquido (em R\$ mil)	327.856	133.841
Ativo Total (em R\$ mil)	1.813.195	1.477.698
Receita Líquida (em R\$ mil)	105.822	117.293
Resultado Bruto (em R\$ mil)	43.500	46.725
Resultado Líquido (em R\$ mil)	(22.860)	(1.880)
Número de Ações integralizadas	526.799	235.947
Valor Patrimonial da Ação (R\$)	0,62	0,57
Resultado Líquido por Ação (R\$)	(0,04)	(0,01)

### • 2.10 Ações Ambientais

No trimestre findo em 31 de março de 2011, a Concessionária investiu em plantio compensatório, 13.968 novas mudas numa área revegetada de 8,38 ha. Além disso, foram realizados plantios compensatórios em conjunto com escolas dos municípios limítrofes à rodovia, bem como foram destinadas 4.660 toneladas de materiais para reciclagem.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **2.11 Considerações Finais**

As informações financeiras da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. apresentadas neste relatório, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações auditadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

### Conselho de Administração

Conselheiros: Juliane Pheiffer Marinho  
Marcelo Felberg  
Irineu Berardi Meireles

### Diretoria Executiva

Diretores: Luiz Fernando de Aragão Rocha  
Luiz Cesar Lindgren Costa  
Nelson Tadashi Tsunoda

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 1. Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Rota das Bandeiras” ou “Companhia”) foi constituída em 9 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 3 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – (“ARTESP”), de 2 de abril de 2009.

O Corredor Dom Pedro I possui atualmente a extensão de 277 km e poderá ser acrescido da construção de 20 km adicionais, totalizando 297 km ao término da concessão. É constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 e outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes do Contrato de Concessão:

- No Corredor Dom Pedro I:
  - Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários e postos da Polícia Militar Rodoviária;
  - Reforma da praça de pedágio de Itatiba;
  - Demolição da praça de pedágio de Nazaré Paulista;
  - Construção das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Jundiá, Louveira e Paulínia;
  - Implantação e melhorias de acessos, marginais, vias perimetrais, faixas adicionais, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestres, dispositivos de entroncamentos e readequação das interseções;
  - Duplicação de rodovia, retificação de traçado e implantação de retornos em nível e desnível; e
  - Alargamento de obras de arte especiais e construção de viadutos.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Em 30 de junho de 2010, a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através da publicação do Ofício CVM nº 16/2010.

A emissão dessas informações trimestrais foi autorizada pela diretoria da Companhia em 10 de maio de 2011.

#### Reestruturação societária

Em linha com a definição estratégica da Organização Odebrecht de segregar suas áreas específicas de negócios, em 30 de junho de 2010, objetivando-se a segregação dos negócios de transporte e logística, após processo de reestruturação societária, a Odebrecht TransPort Participações S.A. (“OTPP”) passou a deter 99,99% do capital social da Companhia, tendo a Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”) e a Odebrecht S.A. (“ODB”), respectivamente, como controladores indiretos da Companhia.

#### Equalização do capital circulante líquido negativo

Em 31 de março de 2011, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 13.697 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 17.236), resultante dos valores referentes ao empréstimo liberado pelo BNDES e de debêntures, registrados no curto prazo (Nota 13).

Baseados nas projeções financeiras da Companhia o capital circulante líquido encontrará o equilíbrio e se tornará positivo com a redução da necessidade de utilização dos recursos provenientes das atividades operacionais na realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I, em função da utilização da linha de crédito contratada com o BNDES, bem como em virtude da liquidação de suas obrigações com fornecedores de curto prazo e da quitação da remuneração da segunda série de suas debêntures na data de 15 de julho de 2011.

## 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os trimestres apresentados.

### 2.1 Base de preparação

Na elaboração das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, essas informações trimestrais incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação da provisão para imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações trimestrais, estão divulgadas na Nota 3.

As informações trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras - *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais estão descritas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

##### (b) Ativos financeiros

###### Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

###### Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

###### Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem as contas a receber de clientes, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados, inicialmente, pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

###### Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos e não realiza operações de hedge.

#### (c) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

#### (d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

#### (e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

#### (f) Demais ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

#### (g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### (h) Ativos intangíveis

##### (h.1) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas pode vir a afetar os saldos registrados.

A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde diferentes pressupostos e estimativas e alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e, portanto, ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras.

A amortização é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 11.

##### (h.2) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 11.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

##### (h.3) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento de concessões (direito de outorga) são capitalizados e amortizados, pelo método linear, pelo prazo da concessão.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "Direito de Outorga da concessão", no ativo intangível (Nota 11).

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada linearmente com base no prazo da concessão. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 8% a.a., taxa essa estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

#### (i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia reconheceu provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão.



## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 2 anos, descontados a valor presente de 11,2% ao ano e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos. Esta provisão está registrada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço, totalizando R\$ 822 em 31 de março de 2011 (31 de dezembro de 2010 R\$ 700).

#### (j) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### (k) Credor pela aquisição da concessão

Os credores pela concessão estão registrados no passivo circulante, a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras.

O valor presente foi calculado a uma taxa de 8% a.a., taxa essa estimada para juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, e seus efeitos são calculados com base na taxa efetiva e apropriados ao resultado, como despesas financeiras, com base no prazo contratualmente previsto para liquidação da obrigação.

#### (l) Empréstimos e Debêntures

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e emissão de debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis), com base na taxa efetiva.

#### (m) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

#### (n) Reconhecimento de receita

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas de construção são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias por referência ao estágio de conclusão da construção.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

##### (o) Regime Tributário de Transição – RTT

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009.

O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009 e, a partir do ano-calendário de 2010, obrigatório para as pessoas jurídicas optantes pelo lucro real. Assim, considerando que nenhuma legislação disciplinando os efeitos fiscais no contexto dos novos métodos contábeis foi editada, a Companhia permanece adotando os preceitos do RTT, quais sejam, de eliminar, para fins fiscais, os efeitos decorrentes dos novos regramentos contábeis, utilizando-se, para tanto, as regras contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

##### (p) Benefícios a empregados

###### Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a ODEPREV - Odebrecht Previdência (“ODEPREV”), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. (“ODB”), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2011 montaram a R\$ 35, enquanto no trimestre findo em 31 de março de 2010 montaram a R\$ 12.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV a aplicação do CPC 33 – Benefícios a empregados.

### 2.3 Apresentação de informação por segmentos

A Companhia analisa suas operações como segmento único, sendo as informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Diretoria Executiva, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da empresa.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 2.4 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

##### (a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e poderá afetar a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 10 de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia ainda avaliará o impacto total do IFRS 9 em suas informações contábeis.

##### (b) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes ou não são aplicáveis para as operações da Companhia

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, não são relevantes ou não são aplicáveis para as operações da Companhia:

Apresentamos a seguir uma lista de normas/interpretações emitidas e que estão em vigor para períodos após 1º de janeiro de 2010.

Tópico	Exigências-chave	Data da entrada em vigor
Alteração no IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações"	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou <i>warrants</i> para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou <i>warrants</i> de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos.	1º de fevereiro de 2010

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Tópico</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data da entrada em vigor</u>
IFRIC 19 - "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital"	Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.	1º de julho de 2010
IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provisão de Recursos ( <i>funding</i> ) e sua Interação"	Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa.	1º de janeiro de 2011
IFRS 9 "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre <i>impairment</i> dos ativos financeiros e contabilização de <i>hedge</i> continua a ser aplicada.	1º de janeiro de 2013
	Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.	

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Aprimoramentos aos IFRS

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Aplicações</u>
IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"	<p><b>(a) Mudanças na política contábil no ano da adoção</b></p> <p>Esclarece que, se uma entidade que faz a adoção pela primeira vez muda suas políticas contábeis ou seu uso de isenções no IFRS 1 após ter publicado um relatório financeiro intermediário de acordo com o IAS 34, "Relatório Financeiro Intermediário", essa empresa deve explicar as mudanças e atualizar as reconciliações entre GAAP anterior e IFRS.</p>	Aplicado prospectivamente.
	<p><b>(b) Base de reavaliação como custo atribuído (<i>deemed cost</i>)</b></p> <p>Permite que as entidades que adotam pela primeira vez o IFRS utilizem o valor justo determinado por um evento específico como custo atribuído, mesmo se o evento ocorrer após a data de transição, mas antes de as primeiras demonstrações financeiras em IFRS serem emitidas. Quando essa remensuração ocorre após a data de transição para IFRS, mas durante o período abrangido por suas primeiras demonstrações financeiras em IFRS, qualquer ajuste subsequente àquele valor justo determinado pelo evento será reconhecido no patrimônio. Esse evento pode ser, por exemplo, uma privatização ou aquisição.</p>	

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Aplicações</u>
	<p><b>(c) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados (por exemplo, concessionárias de serviços públicos)</b></p> <p>As entidades sujeitas à regulamentação de tarifa podem usar os valores contábeis anteriores, de acordo com o GAAP anterior, do ativo imobilizado ou dos ativos intangíveis como custo atribuído em uma base item a item. É requerido que as entidades que usam essa isenção testem cada item para <i>impairment</i> de acordo com o IAS 36 na data da transição.</p>	<p>Aplicado prospectivamente.</p>
IFRS 3 - "Combinações de Negócios"	<p><b>(a) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado.</b></p> <p>Esclarece que as alterações ao IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações", IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam à contraprestação contingente que surgiu de combinações de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (como revisado em 2008).</p>	<p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Não aplicável.</p>
	<p><b>(b) Mensuração de participações não controladoras</b></p> <p>A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Não aplicável.</p>

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Norma</b>	<b>Principais exigências</b>	<b>Aplicações</b>
	<p><b>(c) Concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente</b></p> <p>A orientação da aplicação em IFRS 3 aplica-se a todas as transações de pagamentos com base em ações que formam parte de uma combinação de negócios, incluindo concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Não aplicável.</p>
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"	Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.	<p>1º de janeiro de 2011</p> <p>Aplicado retroativamente.</p>
IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"	Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.	<p>1º de janeiro de 2011</p> <p>Não aplicável.</p>
IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas"	Esclarece que as consequentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em <i>Joint Ventures</i> ", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente.	<p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010.</p> <p>Não aplicável.</p>
IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários"	<p>Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação;</li> <li>. transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo;</li> <li>. mudanças na classificação dos ativos financeiros; e</li> <li>. mudanças nos passivos e ativos contingentes.</li> </ul>	<p>1º de janeiro de 2011</p>

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Aplicações</u>
IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes"	O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.	1º de janeiro de 2011

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na expectativa histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

#### (a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

#### (b) Imposto diferido de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

#### (c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.



## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Para o trimestre findo em 31 de março de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não registrava ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda.

#### (d) Reconhecimento de receita

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura, a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

### 4. Gestão de risco financeiro

#### (a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

#### (b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

#### (c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (d) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita à variação da taxa da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

#### Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a esta variável são apresentadas abaixo:

#### (i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

#### (ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas abaixo\*:

Indicador	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
TJLP	6,0%	6,0%	5,5%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
IPCA	6,2%	6,1%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%

\*Fonte: Banco Santander

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP*	5,23%	6,53%	7,84%
IPCA**	4,53%	5,66%	6,79%

\* Refere-se à média aritmética da projeção de 2011 a 2021 das taxas de TJLP apresentada acima.

\*\* Refere-se à média aritmética da projeção de 2011 a 2022 dos índices de IPCA apresentada acima.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

#### (iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer (R\$ mil)		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Financiamento BNDES	Abril/2021	Alta na TJLP	100.049	116.890	133.542

#### (iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer (R\$ mil)		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	Julho/2022	Alta no IPCA	1.805.737	2.016.665	2.243.627

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de Tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o trimestre findo em 31 de março de 2011 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

##### (e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha, com classificação AAA pelas agências de *rating*.

Em 31 de março de 2011, a Companhia apresentou valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. no montante de R\$ 17.719 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 19.314), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a Administração da Companhia caracteriza como baixo o risco de crédito oriundo destas contas a receber por considerar que o mesmo esteja mitigado entre as concessionárias do setor rodoviário.

##### (f) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

##### (g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

#### 4.1 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento da empresa, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimo assinados. O nível de endividamento da empresa é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante, dividido por seu patrimônio líquido.

No trimestre findo em 31 de março de 2011, a Companhia apresentou índice de alavancagem financeira de 4,53, em virtude do reconhecimento dos juros e variações monetárias de seus contratos de empréstimos, bem como em função da liberação da parcela contratada por meio de linha de crédito com o BNDES. Atualmente a dívida da empresa está concentrada em seu exigível a longo prazo, o que permitirá que, por meio da geração de caixa operacional, a Companhia honre com seus compromissos financeiros assumidos.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira para o trimestre findo em 31 de março de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 podem ser assim sumariados:

	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	<u>1.485.339</u>	<u>1.398.244</u>
Total do patrimônio líquido	<u><u>327.856</u></u>	<u><u>350.716</u></u>
Índice de alavancagem financeira	4,53	3,99

#### 4.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**5 Instrumentos financeiros por categoria**

	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Total</b>
31 de março de 2011			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	22.632		22.632
Ativo financeiro mensurados a valor justo através do resultado		10.384	10.384
Caixa e equivalentes de caixa	86.250		86.250
	<u>108.882</u>	<u>10.384</u>	<u>119.266</u>
		<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total</b>
31 de março de 2011			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e debêntures		1.445.730	1.445.730
Fornecedores e outras obrigações		37.565	37.565
		<u>1.483.295</u>	<u>1.483.295</u>
		<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>
31 de dezembro de 2010			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	23.034		23.034
Ativo financeiro mensurados a valor justo através do resultado		7.230	7.230
Caixa e equivalentes de caixa	20.311		20.311
	<u>43.345</u>	<u>7.230</u>	<u>50.575</u>
		<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total</b>
31 de dezembro de 2010			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e debêntures		1.356.861	1.356.861
Fornecedores e outras obrigações		39.742	39.742
		<u>1.396.603</u>	<u>1.396.603</u>

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
<b>Contas a Receber de Clientes</b>		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
CGMP	17.719	19.314
Outros	<u>2.310</u>	<u>2.031</u>
<b>Total de Contas a Receber de Clientes</b>	<u>20.029</u>	<u>21.345</u>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>		
Contra partes com classificação externa de crédito ( <i>Standard &amp; Price</i> )		
Banco do Brasil	3.383	3.570
Banco Itau	13	
Banco Real	14	11
Banco Santander	23.581	14.699
Banco Votorantim	57.818	
Banco Bradesco	<u>28</u>	<u>2</u>
	<u>84.837</u>	<u>18.282</u>
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa Geral	265	444
Numerário em Trânsito	861	1.290
Fundo de Troco	<u>287</u>	<u>295</u>
	<u>1.413</u>	<u>2.029</u>
<b>Total de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<u>86.250</u>	<u>20.311</u>
<b>Aplicações Financeiras</b>		
Contra partes com classificação externa de crédito ( <i>Standard &amp; Price</i> )		
Banco do Brasil	<u>10.384</u>	<u>7.230</u>
<b>Total de Aplicações Financeiras</b>	<u>10.384</u>	<u>7.230</u>

#### 7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Caixa geral	265	444
Bancos conta movimento	3.630	4.486
Numerário em trânsito (i)	861	1.290
Fundo de troco	287	295
Aplicações financeiras (ii)	<u>81.207</u>	<u>13.796</u>
	<u>86.250</u>	<u>20.311</u>

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do mês correspondente.
- (ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, CDBs, remunerados a taxas que variam entre 99% e 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

#### 8 Aplicações financeiras

Em 31 de março de 2011, o saldo de aplicações financeiras no montante de R\$ 10.384, refere-se à aplicação constituída junto ao Banco do Brasil, com prazo de vencimento de 6 meses, com a finalidade de garantir o montante necessário para pagamento do principal e acessórios da dívida da Companhia (debêntures e empréstimo do BNDES) nesse mesmo período, contados a partir da data de liberação dos respectivos recursos.

Para garantir as obrigações assumidas pela Companhia, conforme cláusula 6ª do Contrato de Administração de Contas, em 30 de janeiro de 2011, a aplicação citada acima foi substituída por um Contrato de Constituição de Garantias e Outras Avenças (Carta Fiança), no valor de R\$ 100.000 com vigência de três meses, a mesma (Carta Fiança) foi renovada por outra no valor de R\$ 110.000 também com vigência de três meses, tendo como beneficiárias as empresas Oliveira Trust Distribuidora de Títulos Mobiliários S.A. e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

#### 9 Contas a receber

	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento	17.719	19.314
DBTRANS Ltda.	1.433	1.382
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento	756	623
Outras contas	121	26
	<b>20.029</b>	<b>21.345</b>

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de março de 2011, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.



**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**10 Imobilizado****(i) Composição**

	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
				Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	20	999	(117)	882	894
Móveis e utensílios	20	15	(2)	13	12
		<u>1.014</u>	<u>(119)</u>	<u>895</u>	<u>906</u>

**(ii) Movimentação**

	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Saldo no início do período	906	21
(+) Adições	39	43
(-) Depreciação	<u>(50)</u>	<u>(1)</u>
Saldo no final do trimestre	<u>895</u>	<u>63</u>

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**11 Intangível****(i) Composição**

			31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
	Taxas anuais de amortização %	Custo	Amortização Acumulada	Liquido
			Liquido	Liquido
<b>(a) Intangível em infraestrutura</b>				
Edifícios e instalações	4	192.486	(6.328)	186.158
Pavimentações e conservação especial	12,5	161.731	(14.982)	146.749
Hardware equipamentos de pedágio	20	50.693	(7.415)	43.278
Demais melhorias e aplicações	4	36.268	(851)	35.417
Desapropriações	3,33	23.130	(836)	22.294
Máquinas e equipamentos	20	835	(187)	648
Móveis e utensílios	20	205	(43)	162
Veículos	33,33	879	(47)	832
Meio Ambiente e Elementos de Segurança	12,5	6.414	(480)	5.934
Obras em andamento		53		53
		472.694	(31.169)	441.525
				8.038
				433.759
<b>(b) outros intangíveis</b>				
Direito de Outorga da concessão	3,33	1.337.238	(89.148)	1.248.090
Softwares adquiridos de terceiros	20	129	(20)	109
		1.337.367	(89.168)	1.248.199
		1.810.061	(120.337)	1.689.724
				1.693.088

**(a) Intangível - Infraestrutura**

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada pelo método linear às taxas acima mencionadas, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida mensalmente no resultado.

**(b) Outros intangíveis**

Refere-se, principalmente, ao direito de outorga correspondente à obtenção de concessão para exploração do sistema rodoviário conforme mencionado na Nota 1, sendo amortizado pelo método linear de acordo com o prazo da concessão de 30 anos. Este montante foi ajustado a valor presente considerando uma taxa de desconto de 8% ao ano.

Esses contratos representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido em cada contrato.

As tarifas são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários.

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A revisão e o reajuste das tarifas de pedágio têm como base o IPCA acumulado nos doze meses anteriores, tendo como referência o mês de maio do mesmo ano.

**(ii) Movimentação**

	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de março de 2010</u>
<b>Intangível Infraestrutura</b>		
Saldo no início do período	433.759	113.833
(+) Adições	17.898	35.639
(-) Amortização	<u>(10.132)</u>	<u>(2.341)</u>
	441.525	147.131
<b>Outros intangíveis</b>		
Saldo no início do período	1.259.329	1.303.807
(+) Adições	19	7
(-) Amortização	<u>(11.149)</u>	<u>(11.144)</u>
	<u>1.248.199</u>	<u>1.292.670</u>
Saldo no final do trimestre	<u><u>1.689.724</u></u>	<u><u>1.439.801</u></u>

**12 Fornecedores**

	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (*)	13.131	13.131
Sema Engenharia de telecomunicações	2.797	2.968
Vetec Com de Eletr. e Serv	325	1.104
Protek Brasil Segurança	157	1.015
Sempre Construções	1.700	1.062
Auto Socorro Lucca	310	583
Outros	<u>9.471</u>	<u>7.143</u>
	<u><u>27.891</u></u>	<u><u>27.006</u></u>

(\*) O saldo de fornecedores refere-se substancialmente a obrigações decorrentes do contrato de engenharia, fornecimento e construção de obras, conforme detalhado na Nota 14.

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**13 Empréstimos e Debêntures**

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Empréstimo BNDES	R\$	TJLP + 2,32%	242.890	208.441
Debêntures	R\$	IPCA + 9,57%	1.240.612	1.186.983
Custo a amortizar	R\$		<u>(37.772)</u>	<u>(38.564)</u>
			<u>1.445.730</u>	<u>1.356.860</u>
Menos				
Passivo circulante				
Empréstimo BNDES			13.112	5.773
Debêntures			<u>83.748</u>	<u>24.857</u>
Total do passivo circulante			96.860	30.630
Passivo não circulante				
Empréstimo BNDES			224.710	197.983
Debêntures			<u>1.124.160</u>	<u>1.128.247</u>
Total do passivo não circulante			<u>1.348.870</u>	<u>1.326.230</u>
			<u>1.445.730</u>	<u>1.356.860</u>

**(a) BNDES**

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a., e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 1,02% a.a.

O montante liberado possui vencimento de juros e atualização trimestral a partir de 15 de outubro de 2010 e mensalmente, a partir de 15 de novembro de 2011. O principal será amortizado a partir de 15 de novembro de 2011 até o final do Contrato.

Em 15 de outubro de 2010, a Companhia quitou o montante de R\$ 2.194 e em 17 de janeiro de 2011 o montante de R\$ 3.865 referente a juros.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição da operação do empréstimo junto ao BNDES em 31 de março de 2011 está apresentada da seguinte forma:

<u>Liberação</u>	<u>Principal</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos (% a.a.)</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
ago/10	175.364	abr/21	TJLP + 2,32%	178.230	178.388
dez/10	30.000	abr/21	TJLP + 2,32%	30.490	30.053
mar/11	34.103	abr/21	TJLP + 2,32%	34.170	

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito serão destinados a realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I, a serem realizados até 2015.

#### (b) Debêntures

A Companhia realizou, em 15 de junho de 2010, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 1.100.000, cuja liquidação financeira ocorreu em 30 de julho de 2010. Foram emitidas 110.000 debêntures, sendo que 55.000 de Primeira Série e 55.000 de Segunda Série. As debêntures serão atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 9,57% ao ano.

A composição da operação da escrituração de debêntures em 31 de março de 2011 está apresentada da seguinte forma:

<u>Liberação</u>	<u>Série</u>	<u>Valor da emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos (% a.a.)</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
junho-10	1ª série	550.000	janeiro-22	IPCA + 9,57%	620.306	593.491
junho-10	2ª série	550.000	julho-22	IPCA + 9,57%	620.306	593.492
		<u>1.100.000</u>			<u>1.240.612</u>	<u>1.186.983</u>

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O valor nominal unitário atualizado das debêntures de primeira e segunda séries será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série	(i)	Datas de Amortização da Segunda Série	(ii)
15 de janeiro de 2013	3,00%	15 de julho de 2012	3,00%
15 de janeiro de 2014	3,00%	15 de julho de 2013	3,00%
15 de janeiro de 2015	5,00%	15 de julho de 2014	3,00%
15 de janeiro de 2016	7,00%	15 de julho de 2015	5,00%
15 de janeiro de 2017	8,50%	15 de julho de 2016	7,00%
15 de janeiro de 2018	11,00%	15 de julho de 2017	8,50%
16 de janeiro de 2019	13,00%	15 de julho de 2018	11,00%
17 de janeiro de 2020	16,50%	15 de julho de 2019	13,00%
18 de janeiro de 2021	17,00%	15 de julho de 2020	16,50%
19 de janeiro de 2022	16,00%	15 de julho de 2021	17,00%
		15 de julho de 2022	13,00%

(i) Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser amortizado

(ii) Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado

O montante captado na operação das debêntures foi utilizado para a liquidação do empréstimo ponte, ocorrida em 30 de julho de 2010.

**(c) Custos de transação**

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	<b>31 de março de 2011</b>		
	<b>Debêntures</b>	<b>BNDES</b>	<b>Total</b>
Saldo no início do período	35.352	5.482	40.834
( - ) Amortizações	(2.649)	(413)	(3.062)
Saldo no final do período	<u>32.703</u>	<u>5.069</u>	<u>37.772</u>

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures	BNDES	Total
2011	2.604	613	3.217
2012	3.501	787	4.288
2013	3.561	728	4.289
2014	3.622	667	4.289
2015 em diante	19.415	2.274	21.689
	<u>32.703</u>	<u>5.069</u>	<u>37.772</u>

#### (i) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

#### (ii) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos nos contratos de empréstimo:

- Limitação para realização de transferência de ações, excetuando-se qualquer transferência na qual as sociedades sucessoras sejam direta ou indiretamente da Organização Odebrecht;
- Alienação de quaisquer equipamentos ou outros bens sem a anuência expressa dos credores, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade “leasing operacional”, em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora, não superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais)); (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; ou (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão;
- Limitação para conceder empréstimos ou financiamentos em montante superior ao equivalente de um faturamento mensal;
- Manter índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) não inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento, calculado ao final de cada exercício;
- Abster-se de realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio com o índice de cobertura de serviço da dívida abaixo de 1,30;
- Manter uma relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Financeiro não inferior a 0,2 (dois décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento e apurado ao final de cada exercício social;
- Manter Conta Reserva de Serviço da Dívida, a qual deverá conter o montante equivalente aos recursos necessários para o pagamento das próximas seis prestações do serviço da dívida (Nota 8);

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Manter Conta Reserva de O & M, a qual deverá conter o montante equivalente ao custo operacional por um período de três meses, a serem estimados com base naquilo que foi gasto pela Companhia nos três meses anteriores.

As cláusulas restritivas vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia.

#### 14 Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2011, bem como as transações que influenciaram o resultado do trimestre findo em 31 de março de 2011 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	<u>Passivo circulante</u>	<u>Transações</u>
	<u>Fornecedores</u>	<u>Serviços prestados</u>
CNO	13.131	289.077
Em 31 de março de 2011	<u>13.131</u>	<u>289.077</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>13.131</u>	<u>289.077</u>

Em 2 de abril de 2009, a Companhia firmou Contrato de Engenharia com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNOB") antiga OSEC, para fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

Em 1º de outubro de 2009, a CNOB cedeu à CNO, de forma irrevogável, todos os seus direitos, responsabilidades e obrigações sobre o contrato de Engenharia, fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

#### Honorários dos administradores

No trimestre findo em 31 de março de 2011, o montante pago a título de salários, encargos e benefícios aos administradores da Companhia foi de R\$ 716 (31 de dezembro de 2010 R\$ 2.510).

#### 15 Contingências

A Companhia é parte envolvida em expedientes trabalhistas, cíveis e ambientais e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Essas contingências incluem uma Ação Civil Pública (Processo nº 428.01.2009.008281-9) que questiona a legalidade da cobrança do pedágio na Rodovia Estadual Professor Zeferino Vaz (SP332, Km 132,55), antiga Rodovia General Milton Tavares de Souza.

A administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes desses processos em virtude de não ser provável a ocorrência de uma saída de recursos.



## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 16 Patrimônio líquido

##### (a) Capital social

A Companhia foi constituída em 9 de fevereiro de 2009, mediante subscrição e integralização de 1.000 ações, sendo 500 ações ordinárias e 500 ações preferenciais ao valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 25 de janeiro de 2010, a Companhia emitiu 27.186.694 novas ações, totalmente subscritas, sendo 13.593.347 ações ordinárias e 13.593.347 ações preferenciais, ao valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 23 de abril de 2010, a Companhia emitiu 57.054.000 novas ações, totalmente subscritas, sendo 28.527.000 ações ordinárias e 28.527.000 ações preferenciais ao valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 27 de outubro de 2010, a Companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 263.745, passando de R\$ 293.054 para R\$ 556.799, mediante a emissão de 131.872.525 novas ações ordinárias e 131.872.525 novas ações preferenciais emitidas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, sendo o capital subscrito pela OTPP e integralizado no total de R\$ 233.745, da seguinte forma: (i) o montante de R\$ 170.000 através de aporte, (ii) R\$ 63.745 mediante capitalização de crédito devido pela OTPP contra a Companhia. O saldo remanescente de R\$ 30.000, deverá ser integralizado até 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de março de 2011, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação, sendo 556.799.050 da OTPP e 1 ação ordinária subscrita e integralizada pela OPI. Das ações ordinárias de propriedade da OTPP, 4 foram cedidas fiduciariamente aos conselheiros da Companhia, sendo certo que cada conselheiro recebeu em fidúcia uma ação ordinária.

#### 17 Receita

	<u>31 de março de</u> <u>2011</u>	<u>31 de março de</u> <u>2010</u>
Receita de obra de infraestrutura (i)	17.898	35.639
Receita de operação		
Receitas em numerário	34.038	34.884
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii)	53.281	46.421
Receitas de vale pedágio (iii)	8.471	7.808
Outras receitas	463	274
	<u>96.253</u>	<u>89.387</u>
Tributos sobre serviços de operação	<u>(8.329)</u>	<u>(7.733)</u>
	<u>105.822</u>	<u>117.293</u>

- (i) A Companhia reconheceu, no trimestre findo em 31 de março de 2011, um montante de R\$ 17.898 (R\$ 35.639 para o trimestre findo em 31 de março de 2010) como receita de obras de infraestrutura, nos termos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de março de 2010</b>
Receita de obra de infraestrutura	17.898	35.639
Custos de construção	(17.719)	(35.282)
Valor justo da infraestrutura	<u>179</u>	<u>357</u>

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (*"Automatic Vehicle Identification"*) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada (CGMP).
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

**18 Custos dos serviços**

Os custos dos serviços prestados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010 são sumariados e apresentados com a seguinte composição:

	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de março de 2010</b>
Custo de operação		
Amortização do direito de outorga	(11.144)	(11.143)
Depreciação, amortização do intangível e provisão de conserva especial	(10.290)	(2.443)
Gerenciamento e manutenção e conservação da Rodovia	(7.907)	(6.427)
Salários	(3.356)	(2.971)
Outorga variável	(2.888)	(2.682)
Gastos Gerais	(2.759)	(2.366)
Serviços de terceiros	(1.692)	(1.277)
Seguros	(1.642)	(3.243)
Atendimento pré hospitalar	(1.299)	(1.152)
Guincho	(978)	(837)
Materiais	(648)	(745)
	<u>(44.603)</u>	<u>(35.286)</u>
Custos de obra de infraestrutura		
Custo de obra de infraestrutura	(17.719)	(35.282)
	<u>(17.719)</u>	<u>(35.282)</u>
	<u>(62.322)</u>	<u>(70.568)</u>

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**19 Resultado financeiro, líquido**

	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de março de 2010</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(59.257)	(26.583)
Encargos financeiros pela aquisição da concessão		(10.795)
IOF sobre empréstimos tomados		(3.413)
Comissões bancárias sobre empréstimos	(518)	(4.149)
Outras	(49)	(17)
	<u>(59.824)</u>	<u>(44.957)</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	<u>1.089</u>	<u>384</u>
	<u>(58.735)</u>	<u>(44.573)</u>

**20 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

Em 31 de março de 2011, a Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro no valor de R\$ 196.881 e R\$ 197.025, respectivamente. Entretanto, a Companhia não possui histórico de rentabilidade que justifique a constituição de tributos diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social em 31 de março de 2011.

**(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	<b>Ativo não circulante</b>		<b>Passivo não circulante</b>	
	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Provisão multa 40% FGTS	155	122		
Provisão honorários				
Diretoria	182	183		
Amortização do AVP	1.511	1.524		
Receita de construção			160.716	115.011
Provisão de conserva			(253)	(130)
AVP juros conserva			(27)	(17)
Custo de construção			(159.108)	(113.861)
Diferença de depreciação			(106)	(62)
	<u>1.848</u>	<u>1.829</u>	<u>1.222</u>	<u>941</u>

A variação líquida do trimestre relativa aos impostos diferidos, totalizou R\$ 262.

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de março de 2011		31 de março de 2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição social</b>	(22.598)	(22.598)	(2.126)	(2.126)
<b>Ajustes:</b>				
Adições permanentes	81	71	8	
Adições temporárias	498	498	1.088	1.088
Exclusões permanentes	(40)	(40)		
Exclusões temporárias			(233)	(233)
<b>Lucro Real antes da compensação do prejuízo fiscal e base negativa</b>	(22.059)	(22.069)	(1.263)	(1.271)
<b>Compensação do prejuízo fiscal e da base negativa (30%)</b>				
<b>Lucro tributável no exercício</b>				
<b>Imposto de renda (15% mais adicional de 10%) e contribuição social (9%)</b>				
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício</b>				

**21 Seguros**

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Até 31 de março de 2011, foram contratados junto ao Itaú S.A., e através da Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda. ("OCS"), tendo a ARTESP como favorecida, os seguros demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Responsabilidade Civil	02/04/2011	55.240
Riscos Operacionais	03/04/2011	314.965
Riscos de Engenharia	30/04/2011	7.521
<i>Directors and Officers Liability</i>	01/06/2011	40.000
Patrimonial	01/06/2011	213
Patrimonial	01/06/2011	601
Seguro Garantia	30/06/2011	94.045
Seguro Garantia	30/06/2011	215.437
Riscos de Engenharia	30/07/2011	7.744

### 23 Contratos de concessão

Os contratos de concessão são reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01 e do OCPC 05. Esses contratos representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido em cada contrato.

As tarifas de pedágio são revisadas anualmente, sendo que a revisão e o reajuste das tarifas de pedágio, tem como base o IPCA acumulado nos doze meses anteriores, tendo como referência o mês de maio do mesmo ano.

Em conformidade com o BR GAAP antigo, os gastos relacionados às concessões eram capitalizados no ativo imobilizado e passariam a ser depreciados, de acordo com o prazo de duração da concessão.

No que diz respeito aos novos CPCs a infraestrutura relacionada aos contratos de concessão deixa de ser registrada como ativo imobilizado do concessionário, tendo em vista que o contrato de concessão não transfere ao cessionário o direito de controle e até mesmo de propriedade da infraestrutura dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento dos respectivos contratos.

Nesse contexto, para fins de registros contábeis, o concessionário registra as receitas de serviços de construção e melhorias de acordo com os CPCs 17 e 30, em conta de receitas de construção, tendo como contrapartida as rubricas de ativo intangível. A receita de construção é calculada com base nos custos dos serviços prestados, acrescida de uma margem, definida pela Administração, com base em premissas devidamente fundamentadas.

Pelas características do Contrato de Concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, o Ativo Intangível é reconhecido pelo direito de exploração da rodovia, de utilização do serviço público, onde ao final da vigência do Contrato os bens serão revertidos ao Poder Concedente, ou seja, é classificado como Ativo Intangível.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 24 Eventos Subsequentes

O saldo remanescente de R\$ 30.000, referente ao capital a integralizar da Companhia foi totalmente integralizado em 27 de abril de 2011.

\* \* \*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas  
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do trimestre no montante de R\$ 13.697. Os planos da administração da Companhia relacionados à equalização da situação de capital circulante líquido negativo estão apresentados na Nota 1. Até que o volume das operações seja suficiente para gerar fluxos positivos de caixa e que a administração concretize com êxito seu plano, a Companhia dependerá de recursos financeiros provenientes de seus acionistas ou de terceiros para a liquidação de suas obrigações correntes. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

### Outros assuntos

#### Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador, 10 de maio de 2011

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Marco Aurélio de Castro e Melo  
Contador CRC 1SP153070/O-3



## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Não aplicável, devido a não instalação do Conselho Fiscal.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **D E C L A R A Ç Ã O**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às informações financeiras trimestrais da Concessionária referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras trimestrais da Concessionária relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

Itatiba, 10 de maio de 2011.

Luiz Cesar Lindgren Costa  
Diretor-Presidente

Luiz Fernando Aragão Rocha  
Diretor-Administrativo, Financeiro e de Relação  
com Investidores

Nelson Tadashi Tsunoda  
Diretor

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **D E C L A R A Ç Ã O**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às informações financeiras trimestrais da Concessionária referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras trimestrais da Concessionária relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

Itatiba, 10 de maio de 2011.

Luiz Cesar Lindgren Costa  
Diretor-Presidente

Luiz Fernando Aragão Rocha  
Diretor-Administrativo, Financeiro e de Relação  
com Investidores

Nelson Tadashi Tsunoda  
Diretor